

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 1.002 - PT
(2017/0257828-6)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
REQUERENTE : J M G V N
ADVOGADO : THAMIRIS THAMIS SIPRIANO ALVES DE LIMA - DF037255
REQUERIDO : P G DA S L
ADVOGADO : MARIANA TAVARES DE ANDRADE COSTA - PE021455

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA. CITAÇÃO DE PESSOA RESIDENTE NO BRASIL. NECESSIDADE DE CARTA ROGATÓRIA. PRECEDENTES. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE CITAÇÃO VÁLIDA. HOMOLOGAÇÃO INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de pedido de homologação de decisão estrangeira proferida pelo Poder Judiciário de Portugal.

O requerente narra ter um filho com a ora requerida, uma vez que residiram juntos em Portugal entre 2005 e 2013. Aduz que a requerida retornou ao Brasil, a princípio, sem o menor. Contudo, em 2016, após alegada tentativa de nova vida em casal, a requerida voltou para o Brasil, mas dessa vez com o menor.

Em consequência, o requerente narra ter ajuizado a ação de Regulação das Responsabilidades Parentais, na qual houve a prolação da sentença que se visa, agora, homologar.

A requerida, em contestação, sustenta a impossibilidade da homologação da sentença em razão da ausência de citação por carta rogatória na ação de Regulação das Responsabilidades Parentais proposta em Portugal. Reconhece que deixou de se manifestar nos autos dessa ação por não ter sido citada por carta rogatória. Aduz não ter sido notificada da prolação da sentença. Defende, ainda, a incompetência absoluta de Portugal para exame da matéria, já que a requerida e o menor estão vivendo no Brasil. Alega, com base na Convenção de Haia e no melhor interesse, que a disputa de guarda e subtração internacional de menores devem ser processadas perante o foro da residência habitual do menor. Ressalta litispendência porque existem ações, mais antigas do que a ação proposta em Portugal, em processamento no Brasil com o fim de regular a guarda do menor.

Em réplica, o requerente defende que a existência de duas ações em trâmite no Brasil não obsta o deferimento de homologação da sentença estrangeira. Assevera, também, que os requisitos formais para a homologação da sentença não foram impugnados pela contestação da requerida. Sustenta a regularidade da citação, mesmo não sendo por rogatória, pois demonstrada a ciência inequívoca da requerida acerca da ação estrangeira.

Em parecer, o Ministério Público Federal manifestou-se pela homologação da sentença estrangeira.

É o relatório. Passo a decidir.

Para fins de homologação de sentença estrangeira perante esta Corte Superior, além da inexistência de ofensa aos bons costumes, à ordem pública e à soberania nacional, é necessário o preenchimento de requisitos objetivos.

Nos termos dos artigos 216-D e 216-F do Regimento Interno do STJ, do art. 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e do art. 963 do CPC/2015, constituem requisitos indispensáveis à homologação de sentença estrangeira: haver sido proferida por autoridade competente; terem as partes sido citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; ter transitado em julgado; estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução por tradutor oficial ou juramentado no Brasil; não ofender a soberania ou ordem pública.

No caso dos autos, observa-se a presença da sentença, proferida pelo Juízo de Família e Menores do Seixal, pertencente ao Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa - Portugal, devidamente transitada em julgado.

O inteiro teor do título judicial também se encontra nos autos e seus termos detalham as obrigações de cada um dos genitores do menor. Frisa-se, também, que os contornos do direito do direito de visita da requerida não foram ignorados.

Contudo, a requerida assevera ausência de citação por carta rogatória. Por essa razão, alega que deixou de se manifestar nos autos da ação estrangeira. Confira-se (fl. 68):

Importante deixar claro que em nenhum momento a ré se pronunciou nos autos do processo em Portugal, simplesmente porque a forma de citação não é a legal e permitida para a espécie.

O Superior Tribunal de Justiça já declarou que não é possível a homologação de decisão judicial estrangeira quando a citação da parte requerida residente no Brasil, no processo que deu origem ao título estrangeiro, não tenha sido concretizada por meio de carta rogatória. Nesse sentido:

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA CONTESTADA. DIVÓRCIO. CÔNJUGE RESIDENTE NO BRASIL. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE CITAÇÃO POR CARTA ROGATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO INDEFERIDA.

I - A citação de brasileiro residente no Brasil deve ocorrer por carta rogatória, sendo inválida a citação por edital ocorrida no estrangeiro. Precedentes: SEC 14.849/EX, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe 23/3/2018; SEC 12.130/EX, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 19/10/2016, DJe 26/10/2016; SEC 10.154/EX, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 1º/7/2014, DJe 6/8/2014).

II - Homologação de decisão estrangeira indeferida.

(HDE 855/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 12/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE. DECISÃO PROFERIDA PELA JUSTIÇA DE PORTUGAL. REQUERIDO DOMICILIADO NO BRASIL. CARTA ROGATÓRIA. NECESSIDADE. CITAÇÃO POSTAL INVÁLIDA. HOMOLOGAÇÃO INDEFERIDA.

1. No caso, especificamente no tocante ao ponto objeto da contestação, verifica-se que o requerido residia no Brasil à época da tramitação do processo estrangeiro, tendo a sua citação sido realizada pela via postal, conforme admitido em réplica, pela própria parte autora.

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, para homologação de sentença estrangeira proferida em processo que tramitou contra pessoa residente no Brasil, revela-se imprescindível que a citação tenha sido por meio de carta rogatória.

3. Pedido de homologação de sentença estrangeira indeferido.

(SEC 14.851/EX, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/04/2017, DJe 19/04/2017)

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. CITAÇÃO NO PROCESSO QUE TEVE CURSO NO EXTERIOR DE RÉU DOMICILIADO NO BRASIL. NECESSIDADE DE CARTA ROGATÓRIA. AUSÊNCIA DE COMPARECIMENTO. PEDIDO HOMOLOGATÓRIO INDEFERIDO.

1. "A citação de pessoa domiciliada no Brasil para responder a processo judicial no exterior deve se realizar necessariamente por meio de carta rogatória, sendo inadmissível a sua realização por outras modalidades. Precedentes: SEC 3.383/US, Corte Especial, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 2/9/2010; SEC 684/US, Corte Especial, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 16/8/2010; SEC 1.483/LU, Corte Especial, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 29/4/2010; SEC 4.611/FR, Corte Especial, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 22/4/2010; SEC 477/US, Corte Especial, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 26/11/2009; SEC 2.493/DE, Corte Especial, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 25/6/2009" (SEC 7.193/EX, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJe 10/05/2012).

2. Se os requeridos são citados no processo estrangeiro de forma diversa, mas comparecem, não há nulidade, uma vez que o ato alcança o seu objetivo, mas não é o caso sob exame, onde os réus brasileiros nunca compareceram no processo que teve curso em Israel.

3. Pedido homologatório indeferido.

(SEC 5.420/EX, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/11/2016, DJe 30/11/2016)

Dessa forma, não é possível reconhecer a existência de todos os requisitos legais para a homologação da sentença proferida em Portugal.

Ante o exposto, indefiro o pedido de homologação de decisão estrangeira.

Condeno à parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator